



Defensivos Agrícolas: expectativas de aumento nas vendas em 2010

Em 2009, as quantidades totais vendidas de defensivos agrícolas no Brasil apresentaram expansão quando comparadas com o ano anterior. Observou-se que, em termos de produto comercial, foram comercializadas 725.577 t (acréscimo de 7,7% em relação a 2008), correspondendo a 335.816 t de princípio ativo (incremento de 7,4%, no período), de acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDAG) (Figura 1).

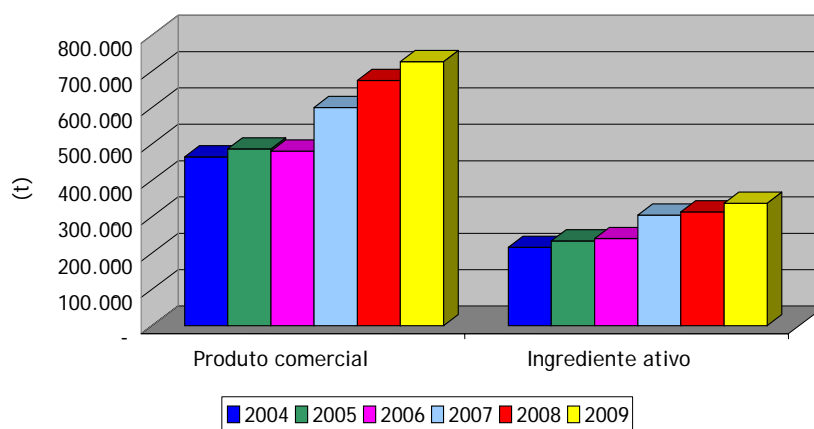


Figura 1 - Quantidade Vendida de Defensivos Agrícolas, em Produto Comercial e Ingrediente Ativo, Brasil, 2004 a 2009.
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do SINDAG.

Comparativamente ao ano anterior, essa expansão em 2009 resultou em melhores vendas para a cultura da soja, com acréscimo de 16,7% em quantidade de produto comercial. Outros produtos também tiveram aumento da demanda de defensivo como algodão (11,9%), milho safrinha (29,1%), café (9,2%), feijão (12,2%), arroz irrigado (28,3%) e atividade de reflorestamento. Em contrapartida, registraram decréscimo nas vendas de milho safra (17,8%), cana-de-açúcar (8,3%) e cítrus (20,9%).

A classe de defensivos que apresentou melhor desempenho comercial foi a dos fungicidas, cujas vendas em 2009 aumentaram, em quantidade de produto comercial, 14,5% (em relação a 2008). As vendas desse tipo de produto para a cultura da soja foram as que mais se destacaram, em virtude da necessidade de se combater a ferrugem asiá-

tica. Cresceram, também, as vendas de herbicidas (10,3%) e de "outros" (18,9%), enquanto que as de acaricidas apresentaram queda de 39,6%, em função, principalmente, dos baixos preços vigentes para a laranja.

O aumento das quantidades comercializadas não causou incremento do faturamento das indústrias de defensivos agrícolas, pois em 2009, em valores corrigidos, permaneceu praticamente estável em relação ao anterior (acréscimo de apenas 1,1%), totalizando aproximadamente de R\$12,88 bilhões. Por outro lado, as vendas em dólar americano contabilizaram US\$6,625 bilhões em 2009, com decréscimo de 7,0%, em função das taxas cambiais vigentes no decorrer do período.

No Brasil, a classe de herbicidas é a que tem respondido pelo maior valor das vendas de defensivos. Em 2009, foi responsável por 37,8% do faturamento total, ou seja, US\$2,50 bilhões, enquanto que, em quantidade de produto comercial, os herbicidas representaram 429.693 t (59,2%). As vendas de herbicidas estão voltadas, principalmente, para cana-de-açúcar, soja, milho, algodão, café e pastagem (Figura 2).

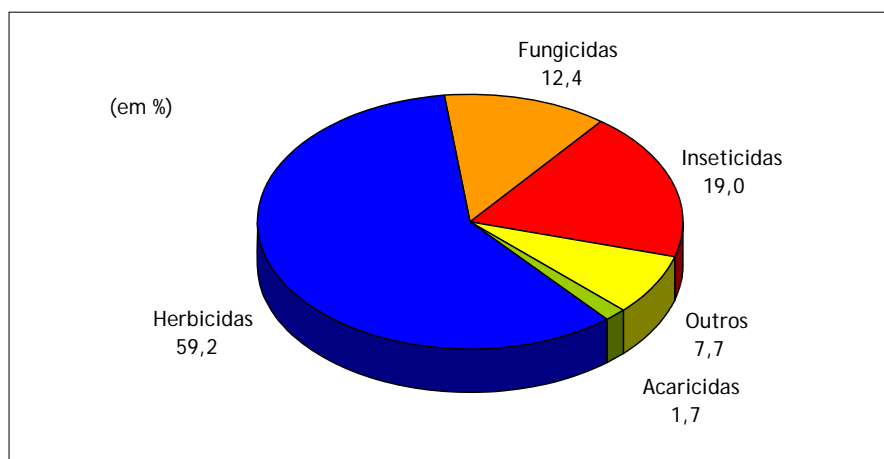


Figura 2 - Participação das Classes na Quantidade Vendida de Defensivos Agrícolas, em Produto Comercial, Brasil, 2009.
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do SINDAG.

Em 2009, os inseticidas movimentaram US\$1,99 bilhão, ou seja, 30,0% do faturamento total do setor; responderam por 19,0% da quantidade total vendida em produto comercial, que se destinaram principalmente a soja, algodão, milho 1ª e 2ª safra, cana-de-açúcar, cítrus e café. Do total de 137.908 t vendidas de inseticidas em produto comercial, 89,5% foram destinadas para aplicação foliar, 6,2% para tratamento de sementes e 4,3% como formicidas.

A comercialização de fungicidas, em 2009, movimentou US\$1,79 bilhão no Brasil, o que correspondeu a 89.889 t de produto comercial e 37.934 t de ingrediente ativo. As principais culturas consumidoras de fungicidas no País são: soja, batata-inglesa, cítrus, café, feijão, trigo e tomate.

Os acaricidas, em 2009, foram responsáveis por 1,3% do faturamento total do setor. O consumo de acaricidas no Brasil está concentrado quase na sua totalidade em São Paulo. Em 2009, o mercado paulista representou 82,8% das vendas brasileiras em quantidade de produto comercial e 73,8% do faturamento dessa classe. Isso pode ser explicado pelo fato de a citricultura ser responsável por 87,5% do valor comercializado de acaricidas e em São Paulo deter a maior área colhida com laranja no País.

A soja é a principal consumidora de defensivos no Brasil, sendo responsável, em 2009, por 47,1% do valor total das vendas. No segundo lugar aparece o milho (11,4%), em seguida cana-de-açúcar (8,2%), algodão herbáceo (7,4%), café (3,8%) e cítrus (3,0%). Essas seis culturas somam 80,9% do valor comercializado nesse ano.

No exame do comportamento das vendas em termos de valor, por Unidade da Federação, Mato Grosso se destacou como o maior Estado consumidor em 2009, representando 18,8% das vendas nacionais em termos de produto comercial e 18,9% em valor, ou seja, US\$1,25 bilhão. Ele é seguido por São Paulo (14,5%), Paraná (14,3%), Rio Grande do Sul (10,8%), Goiás (9,9%), Minas Gerais (8,9%), Bahia (6,4%) e Mato Grosso do Sul (5,2%). As demais Unidades da Federação, juntas, responderam por 11,1% do valor total.

A comercialização de defensivos agrícolas em 2009 seguiu o padrão sazonal, com a concentração das vendas no segundo semestre, simultaneamente ao plantio das culturas de verão, que receberam 67,6% do faturamento total em moeda nacional (Figura 3).

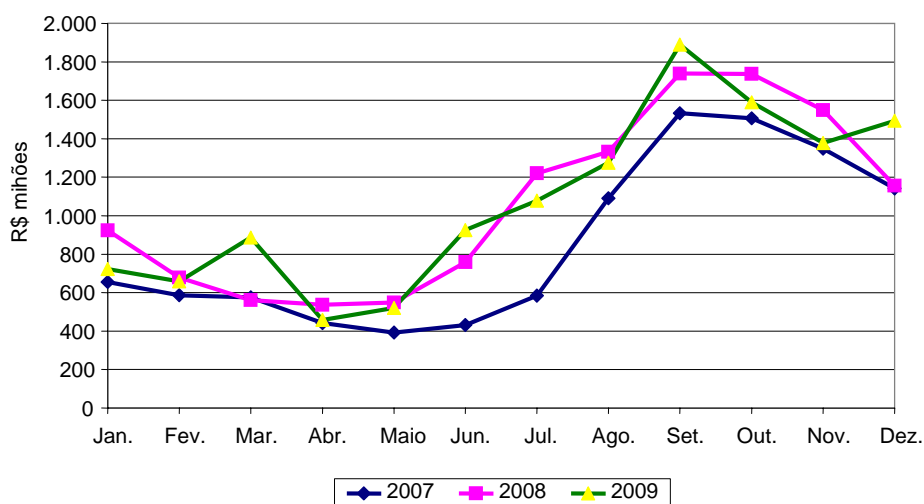


Figura 3 - Estimativa de Vendas Mensais de Defensivos Agrícolas, Brasil, 2007 a 2009.
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do SINDAG.

Nos cinco primeiros meses de 2010, estima-se um aumento de 5% nas vendas brasileiras de defensivos agrícolas em relação ao mesmo período de 2009. Contribuíram para isso, em grande parte, a queda dos preços dos defensivos agrícolas e o aumento nos preços recebidos de vários produtos agrícolas.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) nas principais regiões produtoras da agricultura paulista, em abril de 2010, a maioria dos defensivos agrícolas apresentou decréscimo nos preços quando comparada com o mesmo mês do ano precedente. Esse comportamento foi verificado em todas as classes estudadas: inseticidas, acaricidas, fungicidas, reguladores de crescimento e outros. De um total de 133 produtos pesquisados, em valores correntes, 117 produtos (88,0%) registraram decréscimo nos preços entre 0,4% e 51,0%, e 16 tiveram acréscimo entre 0,3% e 25,1%.

Por sua vez, em valores corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV), observou-se que 125 produtos variaram negativamente, entre 0,3% e 52,4%, enquanto 8 produtos apresentaram aumento entre o mínimo de 1,3% e o máximo de 21,5%. Portanto, quase a totalidade (94,0%) apresentou queda nos preços, em termos corrigidos, no mencionado período.

Na análise das relações de troca, constatou-se um desempenho distinto para os diversos produtos agrícolas. Em abril de 2010, as culturas do feijão, laranja para indústria, cana-de-açúcar, algodão e café beneficiado apresentaram relações de troca mais favoráveis, quando comparadas com abril de 2009. Houve assim melhora do poder aquisitivo dos produtores paulistas das referidas culturas para compra da cesta de defensivos agrícolas. O aumento nos preços recebidos pelos agricultores contribuiu para isso, aliado ao decréscimo dos valores das cestas dos defensivos agrícolas. Por outro lado, em abril de 2010, as culturas do milho e da soja apresentaram perda de poder aquisitivo para compra de defensivos, quando comparadas com abril de 2009, tendo em vista a queda acentuada nos preços recebidos pelos agricultores no referido período.

A problemática envolvendo a utilização dos defensivos nas lavouras brasileiras é atualmente um dos assuntos de maior destaque na mídia brasileira. Os pontos de vistas são todos razoáveis e assumir um dos lados do debate traduz-se em insensatez. Enquanto 83% dos defensivos são utilizados nas grandes lavouras (soja, cana, algodão, milho e café), para os quais o processamento agroindustrial trata de neutralizar qualquer resíduo dos produtos empregados, os outros 16% despendidos nos chamados produtos frescos (hortaliças e frutas fundamentalmente) podem exibir traços de resíduos dos defensivos empregados.

A falha nesse debate consiste na falta de esclarecimento do que efetivamente quer dizer resíduo. Na maior parte dos casos, o problema é o emprego de defensivos não autorizados para determinada cultura. Quando um horticultor pulveriza seus canteiros de pimentões com defensivo liberado apenas para o feijão, produz esse resultado chamado resíduo. Diante disso, deve se alarmar a população que usualmente consome pimentão? Definitivamente não! A constatação do resíduo é uma não conformidade com a legislação

vigente apenas.

O baixo investimento em pesquisa em culturas economicamente menos expressivas e a segmentação das empresas produtoras de defensivos (grãos e fibras, hortifrúti, café/cana/laranja) causam esse tipo de distorção, pois um produto aprovado para um tipo de emprego geralmente é muito eficaz em sua utilização no combate às pragas e doenças similares que ocorram em múltiplos cultivos. Porém, a firma que o desenvolveu não tinha de comprovar sua eficácia para toda uma série de produtos que compõem a agropecuária brasileira em suas previsões de experimentação. Exemplificando, fazem-se todos os testes regulamentares para o feijão, mas não para a mandioca e para a batata doce.

Deve-se se recordar ainda que os agricultores, majoritariamente, não são produtores especializados em um único cultivo. Na prática, possuem diversos cultivos que se sucedem ao longo do ano agrícola. Intercambiar o emprego dos produtos adquiridos dentro da exploração é um fato que se tornará comum, pois não há outra maneira de se conduzir de forma economicamente viável na produção rural.

Por fim, a previsão da indústria de defensivos agrícolas é de que em 2010 as vendas tenham um crescimento de 5% em relação ao ano anterior, em termos de produto comercial. Para a safra de verão 2010/11, existem expectativas de aumento do consumo na cultura da soja e cana-de-açúcar, em função dos preços estáveis no mercado internacional. Também são boas as perspectivas de maior emprego de defensivos no algodão, na laranja e especialmente no café, cujos preços dispararam no mercado internacional, em função da oferta global apertada.

Celia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira
Pesquisadora do IEA
celia@iea.sp.gov.br

Celso Luis Rodrigues Vegro
Pesquisador do IEA
celvegro@iea.sp.gov.br

Maria de Lourdes Barros Camargo
Pesquisadora do IEA
mlbarros@iea.sp.gov.br

Liberado para publicação: 20/07/2010